

## Entrevista com Roger Chartier: a ordem dos livros e as transformações da leitura

Referência mundial no tema, pensador francês revisita a longa história do livro para refletir sobre os modos de ler em meio à aceleração imposta pelas tecnologias.

- [António Guerreiro/Revista Electra](#)
- **8 de novembro de 2025**
- [História, Literatura, Sociedade](#)

A entrevista a seguir marca a estreia da [parceria entre o Estado da Arte e a Electra](#), revista internacional de pensamento e cultura contemporânea editada em Lisboa.

O conteúdo foi publicado em sua íntegra na [Edição 28 \(Primavera 2025\) da revista](#), que trouxe um dossiê com entrevistas e ensaios de especialistas na história do livro e da sua difusão, desde a invenção da imprensa até a proliferação dos e-books. Entre eles, o **historiador francês Roger Chartier** concedeu a presente entrevista por escrito a António Guerreiro, editor da Electra.

Professor emérito do Collège de France e professor na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Chartier é herdeiro da escola dos Annales, movimento que surgiu em torno da revista fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929. Essa corrente historiográfica rompeu com a narrativa dos grandes acontecimentos para explorar os processos de longa duração, em busca de uma compreensão mais ampla das civilizações e das mentalidades.

Entre as obras do autor publicadas no Brasil, destacam-se títulos como *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII* (Editora UnB, 2017); *Inscrever e apagar: Cultura escrita e literatura* (Editora Unesp, 2007); e [Mapas e ficções](#) (Editora Unesp, 2024).

O texto a seguir mantém a grafia original do português de Portugal.



historiador francês Roger Chartier. Foto: Michael Wögerbauer/Divulgação.

---

### **O que é um livro? A resposta que Kant deu a esta pergunta continua a ser actual?**

A questão não é nova. Kant formulou-a em 1798, nos *Princípios Metafísicos da Doutrina do Direito*. A primeira razão para a fazer foi o seu envolvimento no debate sobre a propriedade literária e a contrafacção de livros que se iniciou desde então na Alemanha. Esta discussão, que envolveu filósofos, poetas e editores, estava ligada às características da edição no Império germânico. A fragmentação política do Império impunha fortes limites aos privilégios da livraria, que só eram legais num determinado território. Por conseguinte, a reprodução das obras fora da soberania, embora fosse considerada legalmente legítima pelos livreiros-editores situados noutros Estados, era considerada intelectualmente ilegítima pelos autores e pelos seus primeiros editores, que se sentiam injustamente espoliados. Mas há uma outra razão para a questão colocada por Kant. Enquanto «produto material», o livro é objeto de um direito *real*, definido como o direito sobre uma coisa que autoriza o seu uso privado, partilhado por todos aqueles que estão na posse da mesma coisa – por exemplo, os compradores dos vários exemplares de uma edição. Mas o livro é também um discurso e, portanto, objeto de um direito *pessoal* que justifica uma propriedade exclusiva. O livro é assim, simultaneamente, um bem material do qual o comprador se torna o legítimo proprietário e um discurso cujo autor detém a propriedade. Neste segundo sentido, o livro é entendido como uma obra que transcende todas as suas possíveis materializações.

A associação kantiana entre «opus *mechanicum*» e «discurso», que funda a noção de propriedade literária, dá uma forma laicizada à antiga metáfora que, comparando o livro ao ser humano, lhe atribui um corpo e uma alma inseparavelmente ligados. Esta associação entre o objeto e o discurso foi mantida por todas as formas sucessivas dos livros: tábuas sumérias, pergaminhos gregos e latinos antigos, *códices* manuscritos, livros impressos. A originalidade radical do mundo eletrônico foi a de estabelecer uma separação radical entre o suporte e o discurso. Um «livro eletrônico» não é verdadeiramente um livro, uma vez que a identidade do seu discurso já não é materializada pelo objeto que o contém e transmite. O mundo digital é um mundo de fragmentos descontextualizados, justapostos, passíveis de serem indefinidamente recompostos.

### **Na história do livro, quais são as revoluções que ocorreram? A palavra “crise” tem uma aplicação legítima ao mundo dos livros? Ou, se há «crise», trata-se de uma crise da edição e não do livro em si?**

Ao romper o antigo laço entre o texto e o objecto onde está inscrito, o mundo digital obriga a uma radical revisão dos gestos e das noções que associamos à escrita. Não devemos menosprezar a originalidade do nosso presente. As diferentes transformações da cultura escrita que no passado foram sempre separadas apresentam-se no universo digital em simultâneo. A revolução da comunicação eletrônica é ao mesmo tempo uma revolução da técnica de produção e reprodução dos textos, uma revolução da materialidade e da forma do seu suporte e uma revolução das práticas da leitura. Estabeleceu-se assim uma nova ecologia da escrita, caracterizada por vários cortes.

O primeiro é o uso do mesmo suporte para ler e escrever. No mundo pré-digital, os objetos destinados à leitura dos textos impressos e os objectos onde se registavam as escritas pessoais eram separados. Sobre a superfície luminosa do ecrã aparecem fragmentos textuais sem que se possa ver imediatamente os limites e a coerência do texto ou do *corpus* de onde são extraídos. A fragmentação dos textos tem um sentido diferente consoante esteja acompanhada da percepção da totalidade textual contida no objecto escrito, tal como a propõe a materialidade do *códex*, ou se desfaça o laço visível entre o fragmento e a totalidade a que pertence. No mundo digital é a própria noção de fragmento que se torna problemática, já que um fragmento supõe sempre a percepção de uma totalidade, presente ou desaparecida.

A ruptura produzida pela ecologia digital da escrita não tem equivalente no passado. A invenção da imprensa no século XV foi uma revolução técnica fundamental, mas não transformou a estrutura do livro que desde os primeiros séculos da era cristã era o *códex* composto por cadernos, folhas e páginas reunidas numa mesma encadernação. O aparecimento e difusão do *códex* entre os séculos II e IV da era cristã foi uma revolução morfológica fundamental. As várias revoluções da leitura aconteceram quer na estabilidade morfológica do *códex* (como no caso da generalização da leitura silenciosa), quer na estabilidade técnica da impressão (como no caso da revolução da leitura no século XVIII ou da democratização da leitura, tornada possível pela alfabetização escolar e pelas estratégias editoriais no século XIX).

A invenção da imprensa no século XV foi uma revolução técnica fundamental, mas não transformou a estrutura do livro que desde os primeiros séculos da era cristã era o *códex* composto por cadernos, folhas e páginas reunidas numa mesma encadernação.

### **Ao longo da história do livro, houve também uma transformação dos modelos ou regimes de leitura?**

Numerosos textos do século XVIII insistem na nova universalidade da leitura, presente em todos os meios sociais, em todos os lugares do quotidiano. Segundo eles, uma verdadeira «mania de leitura», transformada numa «febre de leitura» ou «fúria de ler» tinha-se apoderado das populações. Também o discurso filosófico faz surgir um olhar negativo sobre o excesso da leitura. Estigmatiza a leitura de divertimento e do passatempo como um verdadeiro «narcótico», segundo a palavra de Fichte. Por outro lado, o imaginário proposto pelos artistas – da pintura, do desenho e da gravura – faz proliferar as representações da leitura nos quadros e nas gravuras. Esse imaginário mostra novos leitores – mulheres, crianças, artesãos, camponeses – e novos hábitos, tais como a leitura ao ar livre, no jardim ou na natureza. Todas essas representações indicam que as práticas mudaram, que os leitores são mais numerosos e apaixonados pela leitura.

Devemos traduzir essas percepções com o conjunto das noções construídas por Rolf Engelsing, que opõe uma leitura tradicional, dita «intensiva», a uma leitura moderna, qualificada de «extensiva». Segundo essa

dicotomia, o leitor «intensivo» era confrontado com um *corpus* limitado de textos, lidos e relidos, memorizados e recitados, transmitidos de geração em geração. O leitor «extensivo» é completamente diferente: consome em grande quantidade as novidades impressas, efémeras, lendo-as com rapidez e avidamente. A uma relação comunitária e respeitosa com a escrita, teria sucedido uma leitura livre, desenvolvida e irreverente. Contra essa tipologia, organizada numa cronologia que distingue um “antes” e um “depois” da leitura, separados por uma verdadeira «revolução», as críticas foram múltiplas. De facto, numerosos são os leitores «extensivos» na época da suposta leitura «intensiva». Pensemos nos letrados humanistas. Pelo contrário, é no próprio momento da revolução «extensiva» da leitura que, com os leitores de Richardson, Rousseau ou Goethe, se manifesta a mais «intensiva» das leituras, aquela pela qual o romance se apodera do leitor. Isso basta para invalidar a ideia de uma «revolução da leitura»? Talvez não.

Em toda a Europa do século XVIII, apesar da estabilidade das técnicas e do trabalho tipográfico, profundas mudanças transformaram a produção impressa e as condições de acesso aos livros. Em todos lugares, o crescimento e a laicização da oferta impressa, a circulação de livros proibidos, a multiplicação dos jornais, o triunfo dos pequenos formatos e a proliferação de sociedades de leitura, onde é possível ler sem comprar, permitem e impõem novas maneiras de ler. Para os leitores mais instruídos, as possibilidades de leitura parecem expandir-se, propondo práticas diferenciadas segundo os tempos, lugares e géneros. Cada leitor é, assim, sucessivamente, um leitor «intensivo» e «extensivo», absorto ou desenvolvido, estudioso ou divertido.

Com os progressos da alfabetização e a diversificação de produtos impressos, o século XVIII e, ainda mais, o século XIX conheceram uma grande dispersão dos modelos e das práticas de leitura. O acesso de quase todos à capacidade de ler, tal como se registou no final do século XIX em várias partes da Europa, instaurou uma forte fragmentação dessas práticas. Multiplicaram-se produtos impressos dirigidos aos leitores populares: colecções baratas, folhetins, revistas ilustradas, etc. Nas sociedades novecentistas, a persistência de altos níveis de analfabetismo, como mostram as estatísticas, não deve fazer esquecer a crescente presença de impressos efémeros e baratos entre as classes populares. Nas cidades, pelo menos, a grande circulação dos jornais, folhetos, calendários, almanaques e brochuras permitiu uma grande familiaridade com a cultura impressa, possivelmente transmitida através da leitura em voz alta.

É o livro como arquitetura textual, como género discursivo e editorial, que se encontra ameaçado.

### **A cultura do livro perdeu a sua hegemonia neste tempo dos ecrãs, da digitalização? As tecnologias digitais destituíram a legitimidade cultural do livro?**

Uma das transformações mais importantes das práticas de leitura é a leitura acelerada. As investigações sociológicas mostram que a leitura dos textos eletrónicos, quaisquer que sejam, é uma leitura apressada, que busca só informações ou que deseja chegar o mais rapidamente possível à conclusão da análise ou ao desenlace da narração. A lógica da aceleração caracteriza a relação com todos os objetos culturais, não só livros, mas também séries e filmes, vistos com o dobro da velocidade normal, ou ainda faixas de música reduzidas a um minuto. Esses usos impacientes desafiam as operações mais lentas da leitura crítica, necessária para a compreensão tanto do presente como do passado. Devemos recordar que as várias formas de inscrição, publicação e apropriação dos escritos não são equivalentes e nunca uma pode ou deve substituir-se a outra. Assim, as colecções digitalizadas não são equivalentes aos livros impressos das [bibliotecas](#), os jornais eletrónicos não são equiparáveis à sua edição em papel, e a compra de livros «online» não pode substituir às livrarias.

A recusa da ideia da equivalência remete para a diferença entre a lógica que governa a cultura impressa e a lógica própria do mundo digital. A primeira é espacial, topográfica, cartográfica. As páginas de um livro ou de um periódico, as estantes de uma biblioteca, os espaços de uma livraria são territórios que o leitor percorre. A esta viagem que permite encontrar o que não se procurava opõe-se a lógica algorítmica do mundo digital que procede a partir de uma hierarquia de campos, temas, tópicos, rubricas e palavras-chaves e que propõe textos cujo único contexto é o de sua pertença a uma mesma temática. No tempo em que os novos os modelos escolares mobilizam todos os recursos da tecnologia digital, é necessário recordar que isso significa o afastamento do livro, não só como objeto da cultura escrita, mas também como uma forma de discurso, como uma arquitetura textual na qual cada elemento (um capítulo, um parágrafo, uma frase) ocupa um lugar

particular. A materialidade do livro impresso torna imediatamente visível esse lugar e esse papel. A textualidade digital ignora-os.

A percentagem global de leitores de livros está a diminuir: em 1988, 73% dos franceses afirmaram ter lido pelo menos um livro nos últimos doze meses e, em 2018, apenas 62%. Além disso, dizem viver num mundo cultural já totalmente digital, que consiste no consumo de vídeos on-line, na prática de videogames e na participação nas redes sociais. O que caracteriza este consumo digital é a omnipresença de formas breves de escrita produzidas quer pelas mensagens da comunicação eletrónica, quer pela apropriação fragmentada das totalidades textuais que proporcionam os livros digitais ou digitalizados. É o livro como arquitetura textual, como género discursivo e editorial, que se encontra ameaçado.

**O fenómeno da concentração editorial em grandes grupos é uma ameaça para a diversidade dos géneros bibliográficos? Será que o aumento da produção de livros é inversamente proporcional à variedade das espécies bibliográficas e à variedade linguística?**

Essa ameaça tem raízes nos processos de concentração, entendida como absorção das editoras por grandes conglomerados capitalistas que reúnem várias empresas, que não são todas editoras. O resultado mais fundamental é a imposição da lógica do marketing em detrimento da lógica propriamente editorial. Daí a fórmula famosa de André Schiffrin: «a edição sem editores». «Sem editores» porque as decisões editoriais estão vinculadas ao que se sabe do mercado, às preferências dos compradores, e não a uma política editorial fundada sobre um projeto intelectual, estético ou ideológico. A lógica puramente financeira marginaliza o papel do editor porque busca uma rentabilidade a curto prazo, o que leva à rápida rotação de livros nas livrarias sem que lhes seja concedido um tempo suficiente para encontrar os seus leitores.